

MOVIMENTO SINDICAL RURAL EM SURUBIM - PE: NO CONTEXTO DA ABERTURA POLÍTICA (1970/80)

José Adriano de Oliveira Barbosa¹

*Eu quero que as pessoas saibam da luta e do sacrifício que agente enfrentou, que eu mesma enfrentei, que todo dia andar, eu andava 6 quilômetros pra chegar aqui e de tarde 6 pra voltar pra casa, e ter a coragem, porque com o medo agente não tem nada, o medo é uma coisa muito triste.*²

(Severina Cecília de Lima Cabral)

No íterim da historiografia brasileira dificilmente nos deparamos com as histórias de homens e mulheres que desempenharam relevâncias locais de resistência e luta social, podemos considerar essa falta de visibilidade a estratégia que compõe um instrumento de dominação, que implica no apagamento e no esquecimento de populares pobres que muitas vezes deram suas vidas pelos seus consortes, ao invés disso, a visibilidade e a honra é dada em maior parcela aos grandes nomes de figuras políticas, que foram as mesmas responsáveis pela repressão a esses movimentos sociais. Essa inversão de valores gera lacunas historiográficas que merecem atenção daqueles que reconhecem que o homem comum também é um ator social. O conhecimento da própria história é fundamental para a formação de um sujeito consciente, para que se possa saber que houve insatisfação antes do presente, e que pessoas agiram em nome da própria defesa, e que cada um também tem o mesmo poder de ação.

O problema com a distribuição de terras no território brasileiro estabelece uma dificuldade que afeta o setor social desde o início da colonização, devido à má distribuição e ao monopólio da propriedade pelas elites econômicas e políticas, a grande parcela da população livre e até mesmo a escrava sofreram com a submissão aos poderosos dos latifundiários. Mais especificamente nos concentraremos, nesse estudo, a tentar compreender quais circunstâncias levaram a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, nos detendo ao estado de Pernambuco, levando em conta sua realidade mais ampla, assim como algumas especificamente localizadas na cidade de Surubim que compartilha com grande parte das cidades interioranas nordestinas o derramamento de sangue e suor pela terra.

Nesse cenário local o próprio nome da cidade Surubim remete a marca da pecuária que foi a principal atividade econômica da região desde sua fundação em 1928, até final do século XX, região que se localiza no agreste setentrional pernambucano na Região norte do estado. O nome um tanto peculiar traz consigo uma lenda, um majestoso boi, que era o animal favorito do dono de terras Lourenço Ferreira Ramos da Costa, que apelidara seu animal preferido de Surubim por ter marcas pelo corpo semelhantes à do peixe de mesmo nome, que foi atacado e morto por uma onça, conto popular esse que por fim se tornou referência ao território pertencente a Lourenço Ferreira, a terra do boi Surubim.

As principais atividades econômicas desenvolvidas nessa região ligava-se a pecuária, mais especificamente a criação de gado, além da cultura do algodão e da agricultura de subsistência que, definitivamente, foi sofrendo com os ditames dos senhores das terras.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Bolsista do grupo PET-História. Artigo orientado pelo Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires (UFCG)

² Em entrevista quando foi perguntada sobre o que quer que as pessoas saibam sobre a luta dos trabalhadores rurais.

Cidade tipicamente de interior composta por uma população que vivia da agricultura. A religiosidade também pesará para a formação dos sindicatos, porém, veremos isso mais adiante. Para adentrarmos de fato no cenário que culminou na formação dos sindicatos rurais é necessário ao nosso objetivo regredir um pouco no tempo e rever as relações de trabalho agrícolas que foram fator elementar para a criação dos sindicatos dos rurais, além de desdobramentos posteriores.

É sabido que diversos empecilhos foram colocados para a cessão de direitos do trabalhador durante toda a história do trabalho brasileiro, que vem desde as primeiras relações de produção que eram escravistas, durando até o século XIX, que após 1888 foi legalmente proibida, obrigando os proprietários de terras a contratar mão de obra que agora era livre, pelo menos teoricamente. De fato, podemos considerar essa uma conquista para os trabalhadores, que saíram de uma situação de escravidão e passaram a ser contratados, exercendo uma atividade agora mediante remuneração. Entretanto a remuneração recebida pela mão de obra livre distava e muito do necessário para viver, que estava muito mais para garantir, ainda que muito mal uma sobrevivência dessa mão de obra, no limiar da fome e da miséria.

Temos até agora um primeiro esboço das novas relações de trabalho entre latifundiários e trabalhadores livres, relações essas que beiravam a escravidão, além de gerar um vínculo de dependência e subordinação extremas pelo qual o trabalhador assalariado estava preso. Preso a uma propriedade na qual residia quase sempre como arrendatário, onde dedicava a maior parte dos seus esforços a produção nas terras do seu patrão, que no estado de Pernambuco estava mais voltada para a produção em zonas açucareiras no litoral, e na pecuária e outros tipos de monocultura e cultura de subsistência em zonas interioranas.

As relações entre trabalhadores assalariados e empregadores dificilmente era cordial no litoral pernambucano, e servia de espelho para o interior do estado, de modo que as elites da terra exploravam fortemente os agricultores, lhes impondo cargas de trabalho longas e extenuantes, e quando não davam mais conta do serviço ou quando vinham reivindicar o pouco que fosse, o uso da violência e da crueldade não eram poupados. As formas de repressão não eram apenas pela força econômica dos senhores, mas pelas ações cruéis e agressivas dos senhores que comumente usavam castigos físicos para infligir dor e vergonhas aos seus trabalhadores, assim como no período da escravidão, para isso seria necessária uma força que os senhores possuíam personificadas na figura de capangas, vigias e capitães de terras, que funcionavam como os olhos vigilantes e a mão que castigava, exercendo de fato uma extensão da vontade dos senhores.

Por qualquer motivo que desagradassem os patrões, os trabalhadores eram expulsos de suas casas que se localizava na propriedade do senhor de terras, trabalhadores com mulher e filhos eram expulsos do dia para a noite do teto que os amparava, sem direito a mais nada, levando consigo a pouca posse que já tinha, nem minimamente o direito a colher a pequena roça que comumente cultivavam nas proximidades da casa. Caso se recusassem a sair descumprindo a ordem de despejo ou tentar apelar para qualquer outra alternativa de permanecer, facilmente eram surrados ou mortos, ou quando a primeira não culminava na segunda, se caso sobrevivessem, ainda assim teriam que sair. Desamparados não tinham mais ninguém a recorrer sendo deixados à mercê da própria sorte.

Esse tipo de intimidação forçava os trabalhadores rurais a se manterem aguentando os ditames dos senhores sem poder reclamar de nada, porém, resistindo a situação muitas vezes sendo obrigados a suportar a exploração e a violência e a humilhação, vivendo sob o medo constante da expulsão de seu lar. Forças policiais e políticas eram cooptadas pelos senhores de terras, quando os mesmos não exerciam atribuições políticas, impossibilitando mais ainda os agricultores a quem quer que pudessem apelar.

Qualquer manifestação em defesa do trabalhador era logo interpretada como subversiva, e deveria ser combatida em defesa da segurança nacional. O trabalhador não tinha

qualquer vontade própria ou qualquer poder de barganha na relação com o senhor, eram facilmente reprimidos ao enfrentar o senhor individualmente ou mesmo que fosse em pequenos grupos, que eram facilmente exterminados para servir de exemplo aos demais.

Com cargas de trabalho extremamente longas sempre de segunda a sábado, com exercício de trabalho superior a 12 horas de serviço, com salários extremamente baixos. Ou muito frequentemente eram pagos com vales que tinha validade apenas nos barracões que também eram administrados pelo dono das terras, onde eram vendidos os gêneros mais básicos de consumo pelos valores mais elevados, obrigando os trabalhadores a comprar ou passar fome com sua família, com frequência sem terem o valor suficiente contraíam dívidas impagáveis acredito, somado a isso não possuíam acesso a férias ou qualquer outro benefício que propusesse alguma melhoria nas condições de vida dos agricultores, do outro lado, temos os donos de terras que muitas vezes são os operantes da máquina estatal, que pela lógica não tomariam qualquer providência que os fosse uma ameaça a obtenção dos seus lucros, que preferível desejavam manter o *status quo*, do que promover qualquer medida atenuante nas vidas dos camponeses.

Com a elevação da insatisfação das condições de vida do homem camponês é inevitável alguma reação, o surgimento das ligas camponesas em 1945 que visava em um primeiro momento associar os trabalhadores de modo a promoverem assistência mútua, só então, posteriormente, se voltaram para a questão da terra na reforma agrária, além da reivindicação de direitos para os trabalhadores rurais. O movimento das ligas camponesas foi bastante fomentado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pela Igreja Católica. Posteriormente, na década de 60 surgem os sindicatos dos trabalhadores rurais, ainda posteriores a outros sindicatos urbanos, mas com finalidade de ser um órgão regulador do trabalho do homem do campo.

No momento em que o governo do estado é alcançado por Miguel Arraes, em 1960, Pernambuco sofre diversos estímulos que geram melhoramento das condições de trabalho e de vida do homem do campo, culminando na aquisição de direitos como salário mínimo, férias, dia de folga, entre outros, possibilitando uma organização sindical, que proporcionou redução da jornada de trabalho e salários mais “justos”. Proporcionando ainda uma difusão do conhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais que antes eram obscurecidos pelos senhores. Nesse ínterim os trabalhadores rurais começam a exigir a reforma agrária:

Com muita precisão os trabalhadores distinguem o momento em que foram conhecidas ou foram implementadas essas mudanças: direitos, reivindicação por reforma agrária e criação de sindicatos etc., isso é, por volta de 1963 (alguns falam 1964), daquele momento original, primordial de constituição legal dos direitos dos assalariados. (DABAT, pág.783, 2012).

Em conjunto com as ligas camponesas e os demais movimentos em prol dos trabalhadores rurais, fez surgir no cenário campesino uma enorme euforia, de todo modo se fez necessário um modelo para a administração dessas entidades, o reconhecimento institucional dessas entidades foi fator fundamental para a sua permanência no cenário nacional:

Frente ao crescimento das Ligas Camponesas e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais articulando a mobilização ampla desses, sob a liderança tanto da Igreja Católica como do Partido Comunista, o governo de João Goulart reconhece a necessidade de enquadrar (e controlar) os trabalhadores através de suas organizações de classe. (DABAT, pág.783, 2012)

Temos aqui o indicio da “cooptação” das forças sindicais e dos movimentos sociais pelo governo, na forma de muitas vezes limitar as ações dos movimentos de modo a garantir o controle adequado de suas ações para que não possam ferir o estado, além de manter na

população que era ligada a essas instituições que os mesmos seriam ouvidos e atendidos, uma vez que o governo se importava com eles.

Instituições como os sindicatos passaram a ter um papel cada vez mais importante, e passou a ser reconhecido como uma entidade organizada representante dos interesses dos trabalhadores rurais. Porém, havia receio entre os trabalhadores a se vincularem a entidade como os sindicatos sob a ameaça de represália dos patrões, uma vez que os sindicatos se mostravam “*Com efeito, nessa nova situação do papel das organizações de trabalhadores, particularmente dos sindicatos, para fazer respeitar a legislação em vigor, os ‘direitos’*”. (DABAT, pág.789, 2012). Além da intimidação pela força repressora do período militar, os próprios latifundiários difundiam uma imagem e desacreditavam o sindicato junto aos trabalhadores, “*diziam que não pagassem sindicato, que sindicato era ladrão, que sindicato não servia pra nada.*” (Severina Cecília de Lima Cabral, entrevista concedida ao autor em 18/04/2016)

Com o início do Estado de Exceção, vem o retrocesso na tomada de direitos e perseguição a associados das ligas camponesas e dos sindicatos. A retirada de direitos como férias remuneradas, décimo terceiro salário, dia de folga, abono família ou feriados, além do salário mínimo foi um ônus pago pelo trabalhador. Com isso, as ligas camponesas são perseguidas até a sua extinção, porém os sindicatos foram mantidos, através de negociações por serem tidos como órgãos que podem ser mantidos sob o controle do estado:

As Ligas Camponesas foram aniquiladas. Por um tempo, pensou-se fazer o mesmo com os sindicatos. Eles sobreviveram como instituições inicialmente dominadas pela força (tida como menos perigosa) da Igreja Católica. Os interventores garantiram sua domesticação inicial. (DABAT, pág.796, 2012).

Verificamos, então, que a Igreja não simbolizava inicialmente um perigo em potencial para os donos do poder, porém através dela com o surgimento da Comissão Pastoral da Terra³, em 1970, difundindo a ideia de propriedade igual para todos, começou a fomentar novamente a consciência de que a reforma agrária deveria acontecer. Porém, a igreja difundia essa ideia de maneira a não chamar a atenção das autoridades militares, nesse processo, os sindicatos não ficaram isentos da fiscalização de órgãos do regime:

Entretanto, a direção sindical de orientação católica, que permaneceu em certos cargos, tentou manter o papel dos órgãos que haviam sido criados com o apoio da instituição eclesiástica, “procurando transformar um movimento sindical reivindicatório em um movimento assistencial; à proporção que o regime militar foi enfraquecendo, estas lideranças foram se concretizando e se adaptando às formas legais de luta”. (DABAT, pág.797, 2012).

Nesse momento, o sindicato altera sua postura de reivindicação de direitos e de lutas para mantê-los, para uma política que prestasse assistência ao trabalhador rural, que continuava a demandar de assistência, uma vez que ainda sofria nas mãos dos latifundiários abusivos, fazendo isso de modo a não entrar em choque com os interesses do governo militar. Nesse conjunto, o sindicato assume uma frente representativa como um órgão que tem por finalidade que esclarece e orienta os trabalhadores em seus direitos e deveres com o patronato, além de denunciar as práticas abusivas dos patrões, muito embora não houvesse leis que valessem para punir os senhores que abusassem de seus empregados.

Os sindicatos consolidam-se como instituições que difundem e divulgam os direitos do trabalhador garantidos pela legislação e tornam-se a instituição intermediadora da ação dos trabalhadores em busca do poder judiciário que faça valer e reconhecer o cumprimento das

³ Movimento da Igreja Católica que visava a difusão do princípio de divisão igualitária da terra para que todos pudessem produzir.

leis. A inserção da justiça como novo elemento conciliador na relação de trabalhado entre agricultor e latifundiários como marco moderador que levantava a “bandeira de paz” entre patrão e empregado, tornando pública a discordância entre ambos, à medida que removendo da obscuridade o conflito, inclusive retirando da vontade do patrão o cumprimento ou não da lei.

Após essas considerações, nos localizamos mais atentamente ao espaço correspondente ao território de Surubim, que compartilha todos os aspectos também já tratados, uma população insatisfeita com a instabilidade de suas relações de trabalho, sendo constantemente violentada e ameaçada de expulsão pelos donos de terras, que preferiam deixar suas terras improdutivas do que permitir que famílias que não os agradassem habitassem na propriedade “...e eles plantavam a lavoura, o dono da terra soltava o gado dentro, acabava com tudo, chegava aqui chorando, era um sofrimento tão grande no mundo, só Deus é que sabe aquele sofrimento deles...” (Severina Cecília de Lima Cabral entrevista concedida ao autor em 18/04/2016) Mesmo sendo famílias que moravam nas terras havia gerações, sua expulsão era eminente afetando, inclusive, o sistema de arrendamentos. “*Os proprietários de terras não plantavam nem deixavam mais que outras pessoas plantassem a mandioca, em regime de arrendamento*” (Medeiros, pág. 84, 2003).

A partir do desespero de não ter a quem recorrer, eis que surge uma figura política interessada em atender a demandas dos trabalhadores rurais de Surubim, fazendo ser instalado em 22 de outubro de 1967, sob o incentivo do prefeito da cidade, Monsenhor Luiz Ferreira Lima, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Surubim, além dele consta em ata de instalação a presença de autoridades políticas, como faz menção ao Dr. Jerônimo Diz-Hui Rosado Máia, figura política, além de Ambrósio Ivo Aureliano representante da Federação de Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FETAPE). Porém, apenas sendo reconhecida e autenticamente fundada em 11 de agosto de 1968, iniciando as atividades de sindicalização dos trabalhadores rurais emitindo inicialmente cinquenta carteiras de associados e vinte e duas carteiras de trabalho.

Antes da inserção dos sindicatos em defesa dos trabalhadores rurais os mesmos não tinham a quem recorrer em momento de dificuldade, seja em anos de seca, seja pela crueldade dos latifundiários, os sindicatos surgem tímidos, e sem grandes promessas na alteração do *status quo*. E interessante verificar que temos a instalação e fundação de um sindicato dos trabalhadores rurais em pleno período do regime militar, podemos notar que o caráter de um sindicato nesse período era muito mais de servir em políticas assistencialistas do que de reivindicação de direitos propriamente ditos. Em todo caso a atenção com as pautas dos sindicatos ainda existia: “Naquele tempo, lá era o tempo da ditadura militar, tinha que saber sair e saber entrar, porque se não morria antes do tempo...” (Severina Cecília de Lima Cabral entrevista concedida ao autor em 18/04/2016)

Nos primeiros anos de sua fundação o STR de Surubim, mantém sua política assistencialista, fornecendo médico para os trabalhadores e apoio aos trabalhadores expulsos de terras, muito embora com o privilégio de grupos próximos a presidência do sindicato que eram favorecidos, desestimulando muitos trabalhadores a contribuírem como sócios:

(...) o pessoal da rua morava perto, de manhã quando o médico vinha, corria e pegava as fichas, quando chegava um pobre lá do sítio a 6 quilômetros a 18 quilômetros aqui não tinha mais nenhuma ficha, aí diziam “não tem ficha mais não”, tinha um presidente que guardava ficha pros dele era João Reis, que tomava a frente “não tem ficha mais não”. Muitos deles, muitos deles, até vizinho meu, compadre, ficou tão aperreado, trouxe um menino doente e disseram que não tinha mais nenhuma ficha, rasgavam a carteira do sindicato nos pés do diretor e ia se embora, não voltavam mais não. (Severina Cecília de Lima Cabral entrevista concedida ao autor em 18/04/2016)

O maior período de atividades do Sindicato em Surubim veio a ocorrer apenas durante os anos 1980, em um período de abertura política. Não que nenhum outro esforço por pautas como desapropriação não tivesse acontecido, mas foram logo fortemente reprimidos com o assassinato da liderança:

(...) foram três áreas de assentamento, foram três caixão, o primeiro foi Miguel Farias, em 70 por aí assim, os fazendeiros mandaram matar, o segundo foi Evandro Cavalcante e o terceiro foi um delegado de base que cuidava de um assentamento lá mataram ele, e agente via tudo aquilo era um foco dos fazendeiros, não fazia porque pra eles fazer eles ficavam muito visto, aí eles infiltravam, mandavam os comparsas dele avisa o povo e fazer. (Severina Cecília de Lima Cabral entrevista concedida ao autor em 18/04/2016)

A figura eclesiástica também teve papel importante para a difusão e incentivo dos trabalhadores na busca pela associação e o envolvimento com o sindicato e o interesse pelos seus direitos em surubim, na figura de Monsenhor Luiz Ferreira Lima, pároco e prefeito da cidade de Surubim no ano de 1969, figura essa que contribuiu para a formação da cidade de surubim em diversos aspectos, sendo responsável pela difusão entre os seus fiéis o princípio de divisão justa da terra. Entretanto Monsenhor Lima se liga as elites algodojeiras locais para perpetuar-se no poder, de qualquer modo seu governo foi marcado por políticas assistencialistas as populações pobres.

Verificamos que em seu período de governo mais especificamente no ano de 1969 foram realizadas três desapropriações de propriedades em locais diferentes da cidade, todos os decretos possuíam na descrição o relato da existência de moradias no território alvo da desapropriação, que somadas ultrapassam 5 hectares de terras, sempre mediante pagamento do valor correspondente da propriedade desapropriada, no entanto, não é possível afirmar que a desapropriação foi realizada com finalidade de reforma agrária, pois decretos não possuem maiores descrições sob para quais fins foram destinadas as terras. No entanto, essa figura administrativa e conhecida popularmente pela sua peculiar maneira de governar, mas é sabido que um clérigo que usa de sua influência eclesiástica para galgar degraus do poder políticos não é tão incomum.

Podemos concluir que diversos agentes (não necessariamente instituições) são responsáveis pela unificação ou pelo estímulo dos trabalhadores a se reconhecerem como iguais, ou que apenas as instituições organizadas deem a eles noções instrutivas para o reconhecimento da insatisfação como o *status quo*, e os ditames políticos. Nesse contexto a consciência de uma classe surge enquanto homens ligados por experiências em comum estão dispostos a se unirem e reivindicarem seus interesses, nesse caso a classe dos trabalhadores rurais, por melhores condições de vida, de uma existência mais humana, em contraponto a eles temos a classe oposta que é díspar, que oprime, que dita as regras, a luta entre essas classes surge a partir da relação de trabalho e de como ela se desdobra, no contexto rural agropecuário surubinense, fomentado pela desigualdade que fere e incomoda a condição humana.

No entanto, o trabalhador do campo em sua consciência de classe reconhece o seu papel, e sua importância na sociedade que compõe, tendo ciência que seu trabalho é necessário para além de si mesmo, mas para a sociedade, o agricultor desse contexto não visa se tornar latifundiário, mas sim viver de maneira digna, podendo proporcionar a sua família condições de vida comuns a todos os homens.

FONTES

BRASIL. Decreto n. 01/69, 21 de junho de 1941. E Declarado De Utilidade E Necessidade Publica. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, Surubim. Fev. 1969. Legislação Federal e marginalia.

BRASIL. Decreto n. 14/69, 21 de junho de 1941. E Declarado De Utilidade E Necessidade Publica. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, Surubim. Nov. 1969. Legislação Federal e marginalia.

BRASIL. Decreto n. 15/69, 21 de junho de 1941. E Declarado De Utilidade E Necessidade Publica. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, Surubim. Dez. 1969. Legislação Federal e marginalia.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Surubim-PE. Ata De Instalação Do Sindicato Dos Trabalhadores Rurais De Surubim. Livro, 1. Páginas, 1-2.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Surubim-PE. Ata De Instalação Do Sindicato Dos Trabalhadores Rurais De Surubim. Livro, 1. Páginas, 17,18-19.

FONTE ORAL

Severina Cecília de Lima Cabral. Entrevista concedida a José Adriano de Oliveira Barbosa na Sede do STRS, 18 abr.2016.

REFERÊNCIAS

DABAT. C. R. **Moradores de Engenho:** relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2-edição. Editora universitária Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

MEDEIROS. L. A. **Surubim História de Todos os Tempos.** 2 Edição, Recife: Editora Universitária, UFPE, 2003.

THOMPSON. E.P. **A Formação da Classe Operária.** Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra 2004.